

Sobre construções analíticas com leitura possessiva no galego-português medieval

Leonardo Lennertz Marcotulio
Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)
leonardo.marcotulio@gmail.com

Cláudio Leonardo João Pedro Castilho R. B. dos Santos
Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)
k_lauz@hotmail.com

Recibido o 03/09/2016. Aceptado o 24/01/2017

Resumo

Diferentemente das gramáticas contemporâneas do galego e do português, em que somente são possíveis construções analíticas de posse correlacionadas às novas formas gramaticalizadas (*del(es)*, *dela(s)*, *de vostede(s)*, para o galego; e *dele(s)*, *dela(s)*, *de você(s)*, *da gente*, para o português), textos escritos em galego-português fornecem evidências de que a gramática medieval é capaz de licenciar construções com pronomes de 1ª e 2ª pessoas (*de mim*, *de ti*, *de nós*, *de vós*). A partir de um *corpus* constituído por textos escritos entre os séculos XIII e XVI (Maia 1986), o objetivo deste trabalho é investigar a distribuição e o comportamento sintático dessas construções medievais. Como hipótese de trabalho, argumentamos que as construções analíticas medievais com leitura possessiva são sintaticamente distintas dos possessivos analíticos das gramáticas contemporâneas, razão pela qual não competiam com os possessivos simples em todos os contextos estruturais, apresentando, portanto, uma produtividade limitada. Tais construções teriam sido eliminadas da língua, nos contextos de variação com os possessivos simples correspondentes, após terem sido reanalisadas como sintagmas genitivos.

Palabras chave

Galego-português medieval, possessivos, construções analíticas, mudança linguística

Sumario

1. Introdução. 2. Distribuição dos dados. 2.1. Dados gerais. 2.2. Distribuição diatópico-diacrônica. 2.3. Distribuição por contexto estrutural. 3. Variação sintática ou distribuição complementar? 4. Breve proposta de análise. 5. Considerações finais.

On analytical possessive constructions in Medieval Galician-Portuguese

Abstract

Unlike contemporary Galician and Portuguese, in which possessive analytical constructions are only possible for the newly grammaticalized pronouns (i.e. *del(es)*, *dela(s)*, *de vostede(s)*, in Galician; *dele(s)*, *dela(s)*, *de você(s)*, *da gente*, in Portuguese), texts written in Galician-Portuguese provide evidence that the grammar of the medieval language was able to license constructions with 1st and 2nd person pronouns (*de mim*, *de ti*, *de nós*, *de vós*). The aim of this study is to investigate the distribution and syntactic behaviour of these medieval constructions in a corpus of texts written between the 13th and the 16th centuries (Maia 1986). We argue that the medieval analytical possessive constructions are syntactically different from the possessive constructions found in the modern languages, for which reason they did not compete with the simple possessives for the same structural contexts, therefore having limited productivity. Such constructions have been eliminated in contexts where there was alternation with the corresponding simple possessives, being reanalyzed as genitive phrases.

Keywords

Medieval Galician-Portuguese, possessives, analytical constructions, linguistic change

Contents

1. Introduction. 2. Distribution of the data. 2.1. General data. 2.2. Diatopic and diachronic distribution. 2.3. Structural context distribution. 3. Syntactic variation or complementary distribution? 4. Brief analysis. 5. Conclusions.

1. INTRODUÇÃO

Na história do galego e do português, ao lado dos possessivos simples oriundos do latim vulgar, novas construções analíticas, com a estrutura de sintagmas preposicionais encabeçados pela preposição *de*, passam a fazer parte do quadro de possessivos: *del(es)*, *dela(s)*, *de vostede(s)*, para o galego; e *dele(s)*, *dela(s)*, *de você(s)*, *da gente*, para o português. Embora o repertório seja distinto, em função dos novos pronomes gramaticalizados em cada língua, as restrições nesses quadros são as mesmas: não são possíveis nas gramáticas contemporâneas do galego e do português construções com pronomes de 1ª (*min/mim*; *nós*) e 2ª pessoas (*ti*; *vós*).

Em seu estudo sobre o sistema de possessivos do português brasileiro coloquial, Perini (1985) afirma que a criação de construções analíticas está diretamente relacionada com a presença de lacunas no sistema, que devem ser, sempre que possível, solucionadas. Devido à ambiguidade causada pelo uso do possessivo simples *seu*, que pode atender a seis distintos possuidores (*you, vocês, ele, eles, ela, elas*), justifica-se a necessidade de inserção de construções analíticas de posse como *de você, dele, deles, dela e delas*. Segundo o autor, esses rearranjos obedeceriam a um princípio da língua, a partir do qual a ambiguidade deve ser evitada sempre que impedir a recuperação da pessoa gramatical referida.

Esse procedimento, no entanto, não seria uma novidade do português brasileiro. Nessa língua, a ambiguidade parece se agravar após a entrada das novas formas gramaticalizadas de 2ª pessoa (*you, vocês*), que também passam a disputar a mesma forma de possessivo antes utilizado somente para a 3ª pessoa. A inserção de construções analíticas no quadro dos possessivos pode ser recuada ao período medieval¹. Observemos que a argumentação de Perini (1985) converge com a de Maia (1986: 682):

No que diz respeito às formas de terceira pessoa, a noção de possessividade pode exprimir-se por outros processos, além dos pronomes indicados: os pronomes *seu, sua* podiam referir-se a diferentes pessoas (*dele, dela, deles, delas*). Essa ambiguidade dos pronomes da terceira pessoa cujas formas eram iguais quando referidos a um ou a vários possuidores, do gênero masculino e feminino, conduziu à expressão da possessividade por outros processos, um dos quais consistia na substituição do pronome possessivo da terceira pessoa pelo pronome pessoal regido da preposição *de*: «e dem ende em cada hũu anno aa dita capela e ao administrador *dela* noue mrs. uelhos portugueses» (1334 M 159), [...].

De modo a explicar a existência de células vazias para as demais pessoas gramaticais, Perini (1985) argumenta que, quando um sistema é alterado para atender ao princípio de eliminação da ambiguidade, somente se admitiriam alterações mínimas. Essa seria a razão pela qual o português brasileiro coloquial não teria criado a forma *de você*², já que, com a inserção de construções analíticas para as formas *vocês, ele(s)* e *ela(s)*, o possessivo *seu*, não mais dotado de ambiguidade, poderia continuar existindo para a 2ª pessoa do singular. Essa mesma argumentação é aplicada às formas de 1ª pessoa³. Se os possessivos simples *meu* e *nosso* não apresentam nenhum tipo de ambiguidade no português brasileiro, não seria necessária a criação de construções analíticas como *de mim* e *de nós*, respectivamente. Esse fato ilustraria o princípio da inércia do sistema, que resistiria à mudança o quanto possível.

Entretanto, textos escritos em galego-português fornecem evidências de que a gramática medieval é capaz de licenciar construções analíticas com pronomes de 1ª e 2ª pessoas, como *de mim* (1), *de ti* (2), *de nós* (3) e *de vós* (4):

¹ É interessante observar que o possessivo simples *seu* parece ser opaco às informações de número e gênero do possuidor (*ele, eles, ela, elas*). Ainda assim, no período medieval, a ambiguidade ser restringia ao quadro da 3ª pessoa. Após a entrada das novas formas gramaticalizadas *Vossa Mercês*>*you, Vossa Mercês*>*vocês*, a ambiguidade passa também a contemplar o traço de pessoa (2ª e 3ª pessoas).

² Pesquisas mais recentes sobre o tema, no entanto, atestam a existência dessa forma. Construções analíticas com o pronome de 2ª pessoa *you*, ainda que não tenham uma alta produtividade, podem ser registradas, sobretudo na fala do português brasileiro. Para mais informações, ver Marcotulio et al (2015).

³ Uma vez que Perini (1985) trata exclusivamente do português brasileiro coloquial, não há comentários sobre formas relativas ao paradigma da 2ª pessoa original herdada do latim. Na gramática do português brasileiro, as formas *tu* e *vós* teriam sido substituídas pelos pronomes gramaticalizados *you* e *vocês*, respectivamente.

1. (...) a vos Sueiro Martis, morador ãna figresia de San Juan de Leeiro, et a vosa moller Taraja Martis et a todas vosas vozes et suas, todas las nosas herdades, casas, casares et plantados et viñas que o dito Gomes Gago, **padre de mĩ** a dita Maria Afonso, et eu por sua herança et subceson aviamos et deviamos aaver de dereito (...)

(TMILG⁴, Anónimo, 1433, Prosa notarial)

2. De graça chëa d' amor ... / Sei por nos, pois que bẽeit' é / **o fruto de ti**, a la ffe

(CIPM⁵, 1264-1284, Cantigas de Santa Maria, Afonso X, CSM080)

3. (...) o qual casar damos a vosso moesteiro e a vos, depus **morte de nos** Johan Pérez e donna Beatrix e de nosso fillo Pedro Anes.

(TMILG, 1313, Prosa notarial)

4. E damos ende en comenda a vos et a uossa mulier sobredita. et fique depus vos en algũu dos filios ou dos **Netos de vos** dona Sancha Fernandez et para por sempre en home de uossa uoz. anparando a ben cũ conselio do Abbade et do Conuento subredito. et parando ben as cousas de Sobrado.

(TMILG, 1262, Prosa notarial)

A literatura lingüística que describe o sistema de possessivos no período medieval, aínda que tenha dedicado máis atención ao estudo dos possessivos simples (Said Ali 1964, Maia 1986, Mattos e Silva 1989, Ferreiro 1995, Silva Domínguez 2002, dentre outros) e das construcións analíticas de 3ª persoa, tamén registra algunhas informacións sobre as construcións de 1ª e 2ª persoas com lectura possessiva, como podemos ver nas palabras de Maia (1986: 666)⁶:

Observe-se aínda o uso das formas tónicas subordinadas à preposición *de* em vez do chamado pronome possessivo: «*tyo de uos*» (1335 L 37), «como se departe da herdade do Outeiro que foj do dito moesteiro que agora he *de vos*, o dito Ares Gonçalues, (...)» (1442 L 43), «nectos *de vos*, Pero Ferreyro de Graçian» (1502 L 51), «amjgo *de nos* e de noso mosteyro» (1335 L 37), «per outorgamẽto *de my* Tareyga Mẽdiz (...)» (1284 DL 138), «em presença *de mj*» (1448 DL 147), «per maõ *de mj*» (1331 M 157), etc.

Assim como Maia (1986), com base em Lorenzo (2007) tamén podemos entender que as construcións analíticas seriam intercambiáveis pelos possessivos simples:

Outra construción medieval é o uso dun pronome persoal precedido da preposición *de* en lugar do posesivo, como en “e a pasamento *de mjn* et de mía mulier ia dita fiquen aqueles casares ambos ia dictos alo mostero de M. de R. en paz” 2.4-6. Esta construción alterna co uso do posesivo, como en “e a *meu* pasamento” 8.10, 9.10 e outros exemplos (Lorenzo 2007: 332).

Por outro lado, Dono González (1978) argumenta que tais formas tamén podiam ocorrer em contextos específicos, em que um possessivo simples não seria possível, quando seguidas por aposición aclaratória. Além disso, tais construcións tamén seriam favorecidas pela presenza de uma estrutura paralela em coordenação:

O que primeiro chama a atención dos usos “posesivos” do xiro analítico com DE é a aparición nalgũns casos [...] dos pronomes oblicuos tónicos de primeira e de segunda persoa. Pro a sorpresa pásasenos axiña, tan pronto como analizamos este pequeno feixe de exemplos e comprobamos que a maioría [...] son fórmulas notariais onde a presencia da forma tónica ven esixida pola aposición aclaratoria que lle segue – e que non permitiría a construción con posesivo –, ou ben favorecida pola simetría com outro xiro coordinado do mesmo valor: “... en presença **de min** Pero Martis...” (séc. XIV, D-1, 88); “... J... fillo **de vos** a dita...” (séc. XVI, D-1, 223); “... a pasamento **de min** e de mía mulier ia dita...” (séc. XIII, D-1, 18); “... por onrra **da sancta fe catholica et de uos senhor**” (CC, 560); “... que son proveyto **de nos** et **de noso** mosteyro”. (sec. XV, D-1, 107); “... da leyra **de vos** o dito Eytor...” (séc. XVI, D-1, 216); “...sjn contradición **de min** o dito...” (sec. XV, D-1, 199); “... e parte de las terra **de min** o dito...” (séc. XV, D-1, 199); “... criado **de min** notario...” (séc. XV, D-1, 181) (Dono González 1978: 139).

⁴ *Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega* (TMILG), disponível em <<http://ilg.usc.es/tmilg/>>.

⁵ *Corpus Informatizado do Português Medieval* (CIPM), disponível em <<http://cipm.fcsh.unl.pt>>.

⁶ Dono González (1978: 140) tamén ofrece dados desse tipo, recolhidos da prosa galega medieval: “... dou alma **de min** a Deus... (D-1, 47, séc. XIII)” ; “... porran toda sua puña en auer a cabeça **de ty** (CT-1, 212)”.

Diante desse breve panorama, as seguintes questões se colocam: seriam as construções analíticas, como sugerem Maia (1986) e Lorenzo (2007), variantes dos possessivos simples?; ou seriam, talvez, como aponta Dono González (1978), construções que ocorriam em contextos específicos?; por que os contextos de aposição seriam exclusivos das construções analíticas?; a presença das construções analíticas poderia ser facilitada pela estrutura de coordenação? Esse seria um contexto que exclui a presença de possessivos simples? Se confirmarmos que as construções analíticas de 1ª e 2ª pessoa ocorrem no galego-português como variantes dos possessivos simples, poderemos flexibilizar a posição defendida por Perini (1985). Ao final do período medieval, essas construções teriam sido eliminadas, sobrevivendo apenas as formas de 3ª pessoa. Nesse caso, seria ainda necessário investigar o que estaria por trás desse uso. O uso dos pronomes de 1ª e 2ª pessoa daria margem para algum tipo de ambiguidade? Se sim, de qual tipo? Se não, caso a ambiguidade não possa ser correlacionada à inserção dessas construções, o que poderia justificar a sua existência?

De modo a levantar indícios que tragam alguma luz às questões levantadas, revisitaremos os textos galego-portugueses dos séculos XIII ao XVI disponibilizados por Maia (1986), com o intuito de realizar um estudo mais sistematizado sobre as construções possessivas medievais formadas pela preposição *de* seguida de um pronome de 1ª ou 2ª pessoa. As seguintes questões são endereçadas: (i) as construções analíticas de 1ª e 2ª pessoa são registradas ao longo de todo o período medieval tanto em textos galegos quanto portugueses? Qual a sua produtividade e distribuição diatópico-diacrônica?; (ii) Em que contextos ocorrem: nos mesmos contextos dos possessivos simples correspondentes ou em contextos específicos?; (iii) Como entender, em termos estruturais, essas construções?

Em função dos limites deste trabalho e do estágio atual da pesquisa, vale deixar claro que não é nosso propósito central desenvolver um estudo de caráter mais teórico. Como carecemos de investigações que tenham tratado mais a fundo a questão, pretendemos aqui contribuir para este debate através de um olhar mais atento aos dados. Somente após a exploração de um número maior de fontes remanescentes seremos capazes de teorizar sobre a mudança em foco. Ainda assim, elaboramos uma breve hipótese de trabalho que, certamente, merece mais atenção futura. A partir de estudos formais sobre a sintaxe dos sintagmas nominais em línguas românicas (Giorgi e Longobardi 1991, Müller 1996, Castro 2006), argumentamos que as construções analíticas medievais com leitura possessiva são sintaticamente distintas dos possessivos analíticos das gramáticas contemporâneas, razão pela qual não competiam com os possessivos simples em todos os contextos estruturais, apresentando, portanto, uma produtividade limitada. Tais construções teriam sido eliminadas da língua, nos contextos de variação com os possessivos simples correspondentes, após terem sido reanalisadas como sintagmas genitivos.

Este trabalho está organizado da seguinte forma. Na próxima seção, apresentamos a sistematização dos dados utilizados nesta pesquisa: dados gerais, distribuição diatópico-diacrônica e distribuição por contexto estrutural. A seção seguinte traz uma discussão dos resultados. Por fim, a nossa proposta de análise é contemplada na quarta seção. A essa seção, seguem as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas.

2. DISTRIBUIÇÃO DOS DADOS

Utilizamos como amostra os textos notariais galego-portugueses editados por Maia (1986). O *corpus* é constituído por 168 textos escritos nos séculos XIII, XIV, XV e XVI, em duas regiões geográficas distintas: 136 documentos provenientes da Galiza (províncias de A Coruña, Lugo, Ourense e Pontevedra); e 32 do noroeste de Portugal (províncias de Minho e Douro Litoral). Esse material, além de estar disponível em versão impressa, também pode ser consultado em plataformas digitais de *corpora* como o *Corpus Informatizado do Português Medieval* (<<http://cipm.fcsh.unl.pt>>) e *Tesouro Medieval Informatizado da Língua Galega* (<<https://ilg.usc.es/tmilg/>>).

A seleção dos dados se pautou em dois critérios básicos: a construção *de + pronome* deveria a) denotar alguma relação semântica de *posse*⁷; e b) formar um constituinte único ligado a um nome dentro da estrutura do sintagma nominal.

2.1. Dados gerais

Obtivemos um total de 59 dados de *de + pronome de 1ª e 2ª pessoa*, distribuídos da seguinte forma, segundo a pessoa gramatical:

<i>de mim</i>	<i>de ti</i>	<i>de nós</i>	<i>de vós</i>	Total
34	-	4	21	59

Tabela 1. Total de ocorrências de construções analíticas medievais de posse

Chama a atenção a baixíssima produtividade desse tipo de construção, se comparada à grande quantidade de dados de possessivos simples. Do total de dados, a construção *de mim* foi a mais produtiva, com 34 ocorrências, seguida por *de vós* (21 dados) e, por fim, por *de nós*, a menos recorrente em nossa amostra, contando apenas com 4 dados. Não foram registrados casos de *de ti* com leitura possessiva⁸. Vejamos alguns dados ilustrativos:

5. Eu Martin Andre, elcriuã jurado ã lugar de Mjguell Eane[, notario publico del Rey en Môte Rey & en feu alfoz & en Ual de Laça, en **preñença de my** eltas cartas ffiz elcribir anbas en vn tenor a rrogo das partes & en cada vna delas ffiz meu signo que tal (+) efte (..) a todo ffoy preñente. (doc. 59, Monterrey, 1292)
- 6-7. Et efto uos fazemos per condiçõ que frey Pedre Pays, **tyo de uos** o dito Lourenço Yanes, que ãieia ãenpre **amjgo de nos** & de nofo molteyro & das noías coufãs bẽ & leal mente cõ fe & cõ uerdade (...). (doc. 37, Chantada, 1335)

2.2. Distribuição diatópico-diacrônica

Sobre o momento do período medieval em que essas construções ocorrem, vejamos a tabela abaixo:

	XIII	XIV	XV	XVI
<i>de mim</i>	13	14	6	1
<i>de nós</i>	3	1	-	-
<i>de vós</i>	8	3	7	3
Total	24	18	13	4

Tabela 2. Distribuição das construções analíticas medievais de posse através do tempo

Como se vê, as formas *de mim* e *de vós* foram registradas em todos os séculos considerados. Por outro lado, somente encontramos registros da forma *de nós* nos séculos XIII e XIV. De uma forma geral, verificamos uma maior concentração das construções com leitura possessiva no século XIII. Ao longo do tempo, essas construções se tornam cada vez mais infrequentes, como aponta a sua baixa produtividade no século XVI.

⁷ Entendemos aqui *posse* em um sentido mais amplo, abarcando todas as noções representadas pelos possessivos simples, e não somente os casos de posse material.

⁸ A razão para a ausência desses dados pode residir na própria natureza do texto. Como se tratam de textos notariais com um caráter jurídico e formal, a forma de tratamento encontrada para fazer referência a um único interlocutor era *Vós*, forma de cortesia, que se diferenciava pragmaticamente da estratégia de intimidade *Tu* (Luz 1958).

Considerando a distribuição regional das formas em estudo, ao longo do tempo, temos:

	Galiza					Portugal				
	XIII	XIV	XV	XVI	Total	XIII	XIV	XV	XVI	Total
de mim	9	9	3	1	22	4	5	3	-	12
de nós	3	1	-	-	4	-	-	-	-	-
de vós	8	2	7	3	20	-	1	-	-	1
Total	20	12	9	4	46	4	6	3	-	13

Tabela 3. Distribuição das construções analíticas medievais de posse: região e tempo

Com base na leitura da tabela 3, é possível observar que as construções analíticas se encontram presentes no domínio do galego-português medieval, sendo registradas tanto em textos escritos no espaço geográfico que hoje corresponde a Galiza (46 dados), quanto a Portugal (13 dados). A diferença quantitativa de ocorrências, mais produtivas nos textos galegos, pode ser justificada pela maior quantidade de textos escritos na Galiza disponíveis na amostra. Chama a atenção o fato de a forma *de nós* não ter sido registrada em textos portugueses, assim como a ausência absoluta de dados no século XVI nessa localidade.

2.3. Distribuição por contexto estrutural

Em relação ao contexto estrutural em que as construções analíticas com leitura possessiva ocorriam, encontramos seis tipos distintos: a) simples: contextos do tipo [N + [de + pronome]] (8); b) coordenação: contextos em que a construção analítica aparece como primeiro membro de estruturas coordenadas no interior do sintagma nominal, como em [N + [[de + pronome] e [de + SN]]] (9); c) aposição: contextos em que a construção analítica é acompanhada de algum tipo de aposição (cargo, nome próprio, relação interpessoal estabelecida, numerais e elementos indefinidos), como em [N + [de + [pronome + aposição]]] (10); d) aposição e coordenação: contextos que apresentam aposições em estruturas coordenadas, como em [N + [[de + [pronome + aposição]] e [de + SN]]] (11); e) redobro e aposição: contextos em que a construção analítica ocorre como redobro de possessivos simples, seguida de algum tipo de aposição, como em [Poss + N + [de + [pronome + aposição]]] (12); e, por fim, f) redobro e coordenação: contextos em que a construção analítica ocorre como redobro de possessivos simples e como primeiro membro da coordenação, como em [Poss + N + [[de + pronome] e [de + SN]]] (13).

8. Eu Martin Andre, elcriuã jurado è lugar de Mjguell Eanel, notario pòblico del Rey en Mòte Rey & en feo alfoz & en Ual de Laça, en preferença de mý estas cartas ffiz elcribir anbas en vn tenor a rrogo das partes & en cada vna delas ffiz meu signo que tal (+) elte (...) a todo ffoy prefente. (doc. 59, Monterrey, 1292)
9. (...) et que aja o dito moefteyro & abbade & conuêto del fem embargo de mj & de toda mýna uoz et que façades das ditas herdades & caías & caiaes & jures íobre ditos daqui em deante toda voía vontade (...). (doc. 16, Monfero, 1399)
10. Et por elto léer certo, fizemos ende fazer dua[carta] partida[per a. b. c. feita] per Martin Perez, notario da Cruña, & a mayor firmeduê polemos na carta de Martin Perez o léello de nos, o abade. (doc. 6, La Coruña, 1282)
11. Sabean todos que en preferença de mj Afonso Mouro, notario de Santiago, & das teltemoyas aqui elcriptas, eltando enna villa que chamã de Fradega en frjgueña de Sam Thomé de Yames, (...) (doc. 12, Santiago de Compostela, 1344)

12. (...) as quaes ditas vññas vos damos & aforamos para senpre ja mays por jur de herdade & a voñs sucesores que de vos deçenderen & a tal cõdiçio que a **voña** morte **de vos** os ditos Garçia Polo & voña **moller** lo nõ poñades deyxar saluo a hũa persona (...) (doc. 48, Villaster, 1475)
13. Et fñjdo o dito tempo das ditas **voñas** vjdas **de vos** & da dita voña moller & das ditas voñas quatro **bozes**, que a dita vñña & bouças & herdades en que ełtã queden libres & quites & deñenbargadas ao dito moofteyro con quanto feytio, prol & boo paramjento en todo elo efteuer feyto; (doc. 136, Pontevedra, 1506)

Os resultados quantitativos da distribuição dos dados em função do tipo de estrutura podem ser visualizados na tabela abaixo:

Contexto	de mim	de nós	de vós	Total
Simplex	2	1	2	5
Coordenação	6	1	-	7
Aposição	14	2	13	29
Aposição + coordenação	12	-	-	12
Redobro + aposição	-	-	5	5
Redobro + coordenação	-	-	1	1

Tabela 4. Distribuição das construções analíticas medievais de posse: contexto estrutural

Do total de 59 ocorrências obtidas, a maior parte pode ser encontrada em estruturas com aposição (29 dados) e nas que conjugam aposição com coordenação (12 dados), sendo este último contexto restrito à forma *de mim*. A estrutura de aposição também se mostra mais produtiva se considerarmos somente os casos de *de mim* (14 dados) e *de vós* (13 dados). Os demais contextos são menos produtivos, apresentando, no total, de 1 a 7 registros. Com as construções analíticas de 1ª pessoa (*de mim* e *de nós*), não foram computadas ocorrências em estruturas de redobro. Tais estruturas ocorreram, em nossa amostra, exclusivamente com a forma de 2ª pessoa *de vós*. Cabe dizer ainda que as construções com redobro e coordenação estão presentes somente nos textos galegos.

A resposta para a motivação do uso das construções aqui investigadas pode ser extraída exatamente dos contextos de aposição e redobro de possessivos simples. Por um lado, tal como ocorre nos casos da expressão de posse com a 3ª pessoa, a ambiguidade também pode ser encontrada no quadro da 1ª e 2ª pessoas do plural. Nesse caso, as leituras ambíguas residem no fato de os pronomes *nós* e *vós* poderem fazer referência a um único ou mais interlocutores. Na 1ª pessoa, *nós* singular seria uma espécie de plural de modéstia; *vós*, por sua vez, pode ser utilizado no singular como uma forma de tratamento de cortesia (Luz 1958). Por outro, a aposição parece ser um recurso típico da documentação notarial, sendo utilizada, em todas as pessoas gramaticais, para especificar claramente os referentes, no caso, os possuidores, minimizando e/ou excluindo os riscos de múltiplas leituras⁹.

⁹ É interessante observar que o recurso da aposição extrapola os casos de construções de posse e pode ser encontrado em outros contextos sintáticos que também contam com um constituinte [de + pronome oblíquo]: a) *Item deuo a dona Eluira Nunez, priora do moñteyro nouo, hũa taça de prata que auja marco et medeo que ouuo de mj Gomez Fernandez de Beñme;* (doc. 42, Lugo, 1414); b) (...) *a uos, Domígo Eanes, notario de Ponte Uedra, de nos, frey Domígo, abbade d'Armẽteyra, & o conuẽto defe lugar lloude afy como aquelle cuio bẽ do corpo & da alma queriamos, rogamos & mãdamouos que façades prazof & efrumẽtos de firmiduy* (doc. 125, Pontevedra, 1317); c) *Sabã quantos eñta carta uirẽ que eu Ffernã Perez & mia moler Domíga Perez rrecebemos de uos dõ Arias, abbade d' Oñteyra, & do conuẽto defeñe meñmo lugar o uoñjo cañar da Ribeyra cũ todas lual pertẽças* (doc. 56, Oseira, 1285). Tais ocorrências seriam uma evidência a favor de que esse recurso pode ser considerado típico do gênero textual investigado.

3. VARIAÇÃO SINTÁTICA OU DISTRIBUIÇÃO COMPLEMENTAR?

Uma vez visualizada a sistematização dos dados, partimos para a discussão dos resultados. Em termos gerais, como mostrado na seção anterior, as construções analíticas de posse podem ser encontradas durante todo o período medieval, em textos galegos e portugueses, e distribuídas por contextos estruturais específicos. Aqui, queremos endereçar as seguintes perguntas: as construções analíticas medievais com leitura possessiva podem ser encontradas nos mesmos contextos dos possessivos simples? Em outras palavras, seriam variantes das formas simples? Ou, por outro lado, seriam registradas em contextos específicos que não permitem possessivos simples? O nosso objetivo aqui é verificar se estamos diante de um caso de variação ou distribuição complementar de formas.

Com o intuito de oferecer uma resposta às questões levantadas, reclassificamos os dados de acordo com a possibilidade de serem intercambiáveis por possessivos simples. Vale deixar claro que, para esse fim, excluimos as construções com redobro, já que as mesmas apresentam as duas formas em análise.

Os contextos que aqui chamamos de simples e aqueles em que a construção analítica faz parte de estruturas coordenadas, diferentemente do que aponta Dono González (1978), seriam os contextos que admitiriam a presença de um possessivo simples no lugar da construção analítica de posse. Esses seriam os contextos propícios à alternância entre formas simples e perifrásticas, confirmando o que sugerem Maia (1986) e Lorenzo (2007). Por outro lado, os contextos que apresentam estruturas de aposição seriam restritos às construções analíticas, não sendo possível a intercambialidade com formas simples. Essa sistematização nos faz responder afirmativamente às questões levantadas: a partir da análise dos nossos dados, encontramos tanto contextos de variação quanto contextos que entremostrariam um caso de distribuição complementar.

Em relação aos contextos de intercambialidade com possessivos simples, podemos observar que (14) e (15) seriam construções análogas a (8) e (9), respectivamente:

14. Et eu Ares Perez, notario publico en Villa Noua de Lourëçaa a todo lfto fuy prerente & per rogo & per mādado das partes efta carta en mia preferença fige efcruir & en ella lluefcruir & puge meu llignal que tal he. (doc. 34, Lorenzana, 1310)
15. E non pagando o dito medio çelemjn de trigo segundo dito he, que fique a dita herdade ao dito monesteyro con todo seu bon paramento sen voso embargo e de vosas bozes. (doc. 45, Lorenzana, 1453)

Não conseguimos observar, talvez pelo baixo número de dados (12 ocorrências), nenhuma sistematização que pudesse apontar para um condicionamento do uso das formas analíticas em detrimento das sintéticas¹⁰. Os dados encontrados no contexto de intercambialidade integram nomes como *carta, presença, embargo, cousa, direito, nome, jur e amigo*. Ainda que limitado, esse repertório contempla todas as categorizações geralmente utilizadas para o estudo dos possessivos: a) traço de animacidade do nome: [-animado] x [+animado]; b) natureza do nome: concreto x abstrato; c) traço de alienabilidade: alienável x inalienável; d) tipo de posse: material x abstrata x relacional; e e) propriedades sintáticas do nome: deverbal x não-deverbal.

Diferentemente dos contextos simples e de coordenação, os contextos de aposição não possibilitariam um intercâmbio entre as diversas formas possessivas, sendo obrigatórias, nesse caso, as construções analíticas, tal como defende Dono González (1978). Esses seriam casos de *aposição especificativa*, em que as seguintes propriedades podem ser elencadas: (i) o aposto e o nome apresentam referências distintas; o aposto e o pronome compartilham a mesma referên-

¹⁰ É válido deixar claro que o nosso propósito não era empreender um estudo variacionista nos moldes labovianos entre possessivos simples e construções analíticas. Tal estudo levaria em consideração um grandíssimo número de dados de possessivos simples. A ausência de equilíbrio entre as construções investigadas pode desfavorecer um estudo de natureza variacionista. Por essa razão, e pelos limites deste trabalho, decidimos trabalhar somente com as construções analíticas de posse, aliando, na medida do possível, uma abordagem quantitativa e qualitativa.

cia, sendo “possuidores” do nome possuído; (ii) o nome pode ser [±animado] ou [±humano]; e (iii) o aposto ocorre em adjunção ao pronome.

Possessivos simples não podem ocorrer nesse tipo de construção com aposição de sintagmas nominais. A única possibilidade seria a presença de adjunção em um constituinte encaixado na estrutura de um sintagma preposicional, como podemos ver nos exemplos a seguir:

16. a. & en tal que eſta carta ſeá mayſ firme & maiſ ualeadeira, fazemos la aléelar de **nollos** l'ééelos **de** dô Monio Fernandiz & **de** dô Arias Nuniz. (doc. 20, Monforte, 1257)
 b. * **nollos** l'ééelos dô Monio Fernandiz & dô Arias Nuniz

Possessivos simples podem fazer parte de sintagmas nominais seguidos de aposição em casos específicos, com características particulares. Vejamos o dado abaixo:

17. (...) caſal en que morou **uollo** padre don Martin Fernandez & **uolla** madre donna Eſteuayna (...) (doc. 113, Pontevedra, 1298)

Em (17) vemos os nomes próprios *don Martin Fernandez* e *donna Eſteuayna* em aposição aos nomes *padre* e *madre*, núcleos dos sintagmas, respectivamente. Nesses casos, de *aposição qualificativa*, observamos que: (i) o aposto e o nome compartilham a mesma referência; (ii) o nome deve apresentar o traço [+humano]; e (iii) o aposto ocorre em adjunção ao nome. Note-se que a presença de uma construção analítica geraria uma construção agramatical com essa mesma leitura:

18. * padre **de uos** don Martin Fernandez

Em (18), a única leitura possível seria a de que *don Martin Fernandez* e *padre* não apresentassem a mesma referência. Aqui, *don Martin Fernandez* deve estar coindexado a *uos*, representando o filho do dito *padre*.

Em termos quantitativos, temos a seguinte distribuição:

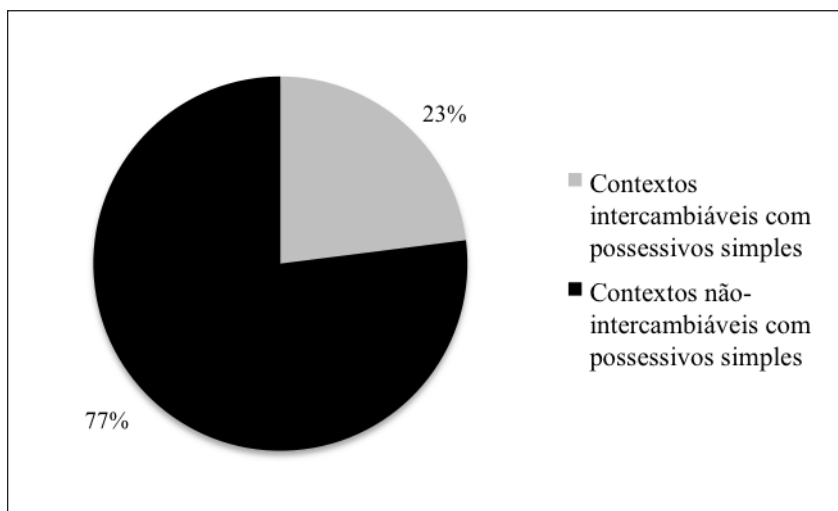


Gráfico 1. Distribuição das construções analíticas medievais de posse: intercambialidade com possessivos simples

Do nosso total de 53 dados (já que os casos de redobro não são aqui considerados), 12 são registrados em contextos que poderiam receber um possessivo simples, o que equivale a 23% do total das ocorrências. A grande maioria dos dados (77% - 41 dados), no entanto, ocorre em contextos específicos em que os possessivos simples não poderiam ocorrer. Com base nesses dados gerais, podemos observar que as construções analíticas medievais com leitura possessiva são registradas tanto em contextos de variação com possessivos simples quanto em contextos específicos em que estariam em distribuição complementar com as formas simples. Vejamos como se dá essa distribuição em função da pessoa gramatical:

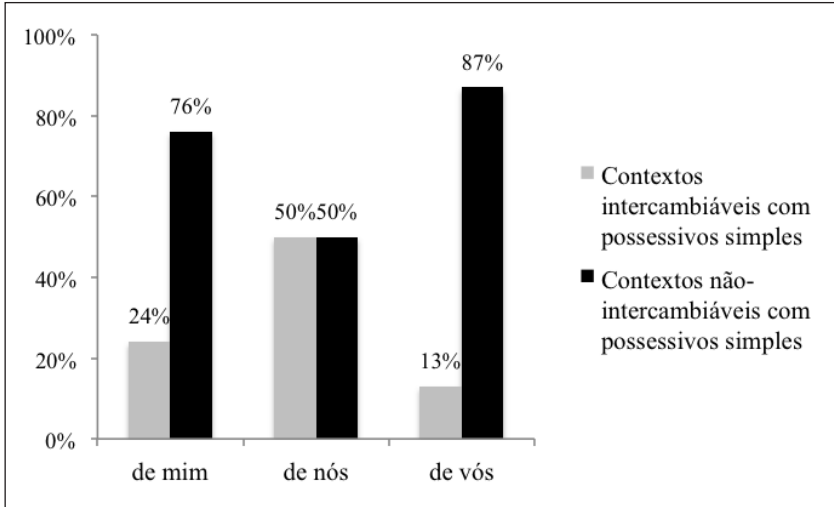


Gráfico 2. Distribuição das construções analíticas medievais de posse: intercambiabilidade com possessivos simples e pessoa gramatical

Em todas as pessoas gramaticais, encontramos dados nos dois contextos investigados, ainda que a distribuição seja distinta. As formas *de mim* e *de vós* são mais numerosas em contextos não-intercambiáveis com possessivos simples, com 76% (26 dados) e 87% (13 dados), respectivamente. A forma *de nós* apresenta igual distribuição entre os contextos, com 50% (2 dados) em cada.

Estariam esses dois contextos presentes em textos galegos e em textos portugueses? Sobre essa questão, vejamos o gráfico a seguir:

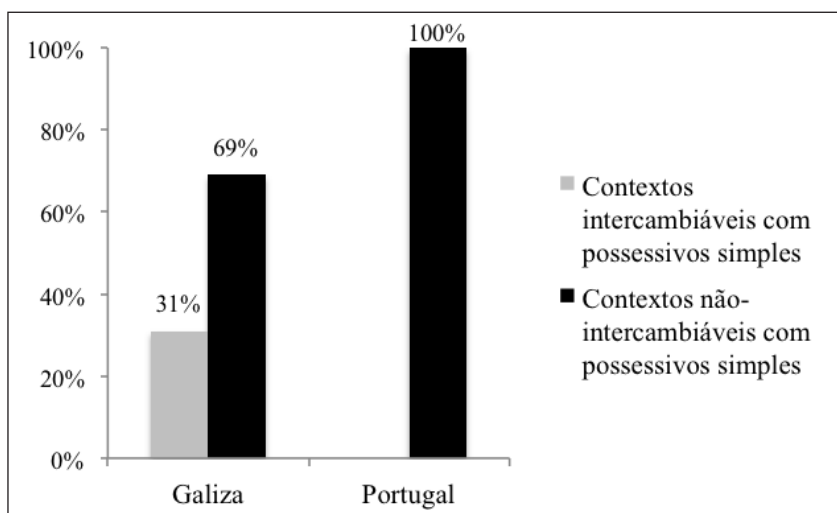


Gráfico 3. Distribuição das construções analíticas medievais de posse: intercambialidade com possessivos simples e região

A distribuição regional, como se pode ver no gráfico 3, nos mostra que em textos portugueses somente são registrados contextos em que não é possível a intercambialidade entre possessivos simples e construções analíticas. Já nos textos galegos, os dois contextos são encontrados, com maior produtividade para a não-intercambialidade (69% - 27 dados). Dito de outro modo, a variação parece estar restrita à região geográfica da Galiza, estando as construções exclusivamente em distribuição complementar com os possessivos simples no espaço do noroeste de Portugal.

Por fim, resta-nos verificar como se dá essa distribuição pelo eixo temporal. Como somente foram registrados os dois contextos nos textos galegos, consideramos somente essa região no gráfico que segue:

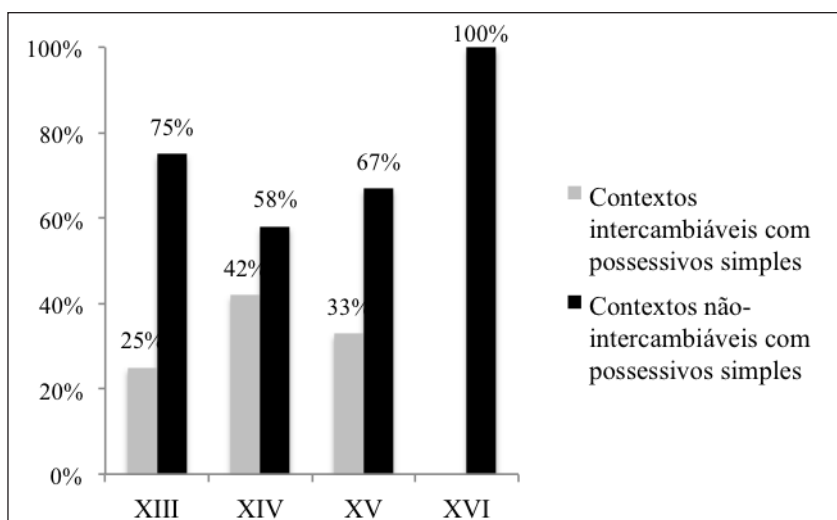


Gráfico 4. Distribuição das construções analíticas medievais de posse: intercambialidade com possessivos simples através do tempo em textos galegos

Em todos os séculos analisados, as taxas de contextos não-intercambiáveis predominam. Ao longo do período medieval, observamos uma diminuição quantitativa dos contextos propícios à intercambialidade, que chegam a desaparecer no século XVI.

Ao alcance do nosso *corpus*, pudemos detectar contextos em que teríamos, de fato, um caso de variação entre possessivos simples e construções analíticas: estruturas simples e estruturas coordenadas. Esses contextos estão presentes do século XIII ao XV, sendo restritos aos textos galegos. Se comparados aos contextos em que a intercambialidade não é possível, esses contextos apresentam uma baixa produtividade, totalizando 23% das ocorrências. Essa pode ter sido a razão pela qual tais construções (*de mim, de nós, de vós*) não sobreviveram como estruturas de posse alternativas às formas já existentes (*meu, nosso, vosso*). O uso das construções analíticas parece ser mais restrito a contextos específicos, como em estruturas com *aposição especificativa*, que contabilizam 77% dos dados. Nesses casos, os possessivos simples não podem ocorrer, sendo somente possível a sua existência em estruturas de *aposição qualificativa*.

Como foi possível observar, somente são registrados no século XVI contextos não propícios à variação. Cabe ressaltar que as construções analíticas com leitura possessiva sobrevivem nas línguas modernas em contextos de *aposição*. É possível tanto no galego quanto no português construções de 1ª e 2ª pessoa do singular seguidas por reforço, como *mesmo* (*unha imaxe **de min/ti mesmo** – gal.; uma imagem **de mim/ti mesmo** – port.*); de 1ª pessoa do plural com *aposições* formadas por numerais e *todos* (*un segredo **de nós os dous**; un problema **de todos nós** – gal.; um segredo **de nós dois**; um problema **de nós todos/todos nós** – port.*); e de 2ª pessoa do plural no galego nos mesmos contextos (*a situación **de vós os dous/todos vós***). Note-se que, sem o adjunto, tais construções seriam agramaticais.

4. BREVE PROPOSTA DE ANÁLISE

Resta-nos, aqui, enfrentar mais uma questão: como entender, em termos estruturais, as construções medievais de posse de 1ª e 2ª pessoas? Os dois contextos encontrados (contextos de variação com possessivos simples e contextos específicos) apontariam para duas estruturas distintas? A configuração dessas construções poderia ser relacionada à sua produtividade limitada nos casos de variação e ao seu consequente desaparecimento?

Vamos aqui apresentar brevemente um esboço de uma proposta de análise que, certamente, merece mais investigação futura. Argumentamos que uma mesma configuração, distinta dos possessivos analíticos das gramáticas contemporâneas, pode dar conta dos dois contextos encontrados, e que a resposta às perguntas feitas anteriormente pode residir na estrutura não-genitiva dessas construções.

De acordo com Castro (2006), os possessivos analíticos de 3ª pessoa, também chamados pela autora de *de-possessivos*, podem ser incluídos no repertório dos possessivos por compartilharem duas propriedades em comum com os possessivos simples: (i) realizam um argumento genitivo do nome com o qual estabelecem uma relação temática; e (ii) são morfologicamente especificados para o traço de pessoa. Uma das diferenças entre essas formas estaria, entretanto, em sua estrutura.

De-possessivos são constituintes genitivos, argumentos de um nome, e apresentam a estrutura de um sintagma preposicional, ocupando, por isso, sempre a posição pós-nominal. Como os nomes são impossibilitados de atribuir caso, esses argumentos recebem inerentemente caso genitivo do nome. Portanto, a preposição *de* que encabeça o SPrep é destituída de sentido (*dummy preposition*) e apenas aparece no sintagma como uma manifestação morfológica do caso genitivo (Giorgi e Longobardi 1991, Müller 1996, Castro 2006).

Os dados do galego-português medieval que aqui analisamos não seriam contemplados por esta análise já que o pronome que segue a preposição está marcado para o caso oblíquo. Se a preposição *de* é vazia de sentido, ela não poderia atribuir caso oblíquo aos pronomes. Por essa razão, diferentemente das formas de 3ª pessoa, nossas construções não podem ser classificadas como sintagmas genitivos.

Como hipótese, argumentamos que no período medieval as construções não-genitivas formadas por [preposição *de* + pronome no caso oblíquo] podiam ocorrer em alguns contextos ocupados por sintagmas genitivos, sendo diferente, nos dois casos, a natureza da relação estabelecida com o nome. As construções analíticas seriam SPreps não-genitivos, projetados em adjunção ao nome, sendo *de* uma preposição plena capaz de atribuir caso oblíquo ao seu complemento. Talvez, pela ausência de um caráter genitivo, essas construções não tenham tido tanto sucesso na história do galego e do português, sobrevivendo somente nos contextos em que não havia disputa com os possessivos simples, como os contextos de aposição.

Uma evidência adicional a essa análise pode ser vista no dado abaixo, em que a construção analítica, por se encontrar em adjunção ao nome, não ocorre obrigatoriamente em posição pós-nominal, como os complementos genitivos nominais:

19. a. Et nõ avendo **de vos** sucesor en algũ tenpo et avendo y Juan Veloso, voso yrmaao, ou fillo ou netos del, que se torne a el ou a lũa geeraçon, (doc. 44, Viveiro, 1450)

Esse tipo de análise suporia uma classificação diferenciada, em termos estruturais, para formas do tipo *de mim* e *dele* do galego-português medieval, já que as primeiras seriam sintagmas preposicionais adjuntos do nome ([*de* + pronome oblíquo]) e as segundas sintagmas preposicionais genitivas ([*dummy preposition de* + pronome forte]).

No entanto, se olharmos as ocorrências de estruturas analíticas de 3ª pessoa, recolheremos evidências para uma análise unificada dos dados. Santos (2015) se debruçou sobre textos galegos dos séculos XIII ao XVI (relativos às províncias de A Coruña, Lugo e Ourense do conjunto editado por Maia, 1986), encontrando um total de 28 dados de *dele(s)* e *dela(s)* com leitura possessiva, dentre os quais todos funcionavam como recursos com vistas ao desfazimento da ambiguidade referencial provocada pelo uso do possessivo simples *seu*, tal como apontado por Maia (1986). As construções de 3ª pessoa parecem se comportar como uma espécie de adjuntos especificativos que contribuem para a clareza do referente, utilizadas exclusivamente em contextos em que o uso do possessivo simples *seu* daria margem a leituras ambíguas.

Nesse sentido, argumentamos aqui que o período medieval ainda não conta com estruturas de de-possessivos (nos termos de Castro 2006), tal como nas línguas modernas. Todas as construções analíticas de posse são sintaticamente distintas dos de-possessivos, sendo constituintes SPreps não-genitivos, projetados em adjunção ao nome, nos quais a preposição *de* é capaz de atribuir caso oblíquo¹¹ ao seu complemento. O uso dessas construções parece ser motivado pela natureza dos textos notariais, em que todos os referentes precisavam ser claramente nomeados e definidos, sem que nenhuma tipo de ambiguidade pudesse estar presente.

Na história do galego e do português, exclusivamente nos contextos de alternância com os possessivos simples, a preposição *de* das construções analíticas teria passado a assumir uma configuração de preposição *dummy* ou, em outros termos, uma simples flexão de caso genitivo (Giorgi e Longobardi 1991, Müller 1996): [[*de*]_p [*pronome*]_{OBL}]_{SPrep} > [*de-possessivo*]_{SGen}. Por extensão, não mais seria capaz de encabeçar sintagmas preposicionais que apresentam pronomes marcados para caso como complemento da preposição, o que explicaria não só o desaparecimento das formas de 1ª e 2ª pessoas, em que os pronomes são marcados para o caso oblíquo, mas também a manutenção das formas de 3ª pessoa, tendo em vista que as formas *ele*, *ela*, *eles* e *elas*, por serem resultados da gramaticalização do demonstrativo latino, não seriam marcadas para caso.

Essa análise se mostra interessante na medida em que também é capaz de dar conta das construções de redobramento sintático de possessivos simples do tipo [Poss + N + [*de* + pronome]], como mostram os dados (12-13). Essa configuração seria possível tendo em vista que os constituintes que expressam posse são sintaticamente diferenciados e ocupam posições distintas: o possessivo simples é argumento genitivo do nome e ocupa uma posição pré-nominal; a construção analítica, em posição pós-nominal, é adjunto do nome.

¹¹ No caso da 1ª e da 2ª pessoa do singular, observamos uma diferença morfológica entre formas que ocupam a posição de sujeito (nominativos *eu*, *tu*) e as formas que desempenham a função de complemento de preposição (oblíquos *mim*, *ti*). Nas demais pessoas, no entanto, parece haver uma opacidade morfológica entre nominativos e oblíquos (*ele*, *ela*, *nós*, *vós*, *eles*, *elas*).

Para terminar, um último comentário. Se buscarmos entender as construções em foco neste trabalho em um conjunto mais amplo que envolva outros usos pronominais, poderemos ver essa questão como algo encaixado numa matriz maior que apresenta certas regularidades. Em primeiro lugar, a utilização de formas tônicas não parece estar restrita a construções com leitura possessiva, já que também podemos encontrar pronomes tônicos em outras posições sintáticas distintas das originalmente previstas (complemento de preposição), como sujeito e objeto direto. Sobre a posição de sujeito:

Na língua antiga podemos encontrar usos de *mí* (no canto de *eu*) como suxeito: «Os grandes nossos amores, / que mí e vós sempr'ouvemos, / nunca lhi cima fizemos / coma Brancafrol e Flores» (Joan Garcia de Guilhade, B 755/V 358, v. 8); na prosa notarial, pódense citar outras documentacóns deste mesmo uso: «E nossas cartas que *min* e meu marido Martin Fernandes teemos de nossos heredamentos e de nossas gaancias»; «Mando-lhe do quinhon meu das vacas que compramos *min* e el do nos<s>o servíçal» (Ferreiro 1995: 241).

Também há registros de formas tônicas como objeto direto:

Foram também recolhidos vários exemplos de algumas formas tônicas na função de objecto directo, não dependentes da subordinação a qualquer preposição. Desse modo, as formas tônicas de primeira pessoa podem usar-se na função de complemento directo: «e deuedes uos *mí* amar bem» (1265 C 3); «e obbligo *mj* e meus bens» (1367 C 14) [...] (Maia 1986: 667).

Por fim, a utilização de construções analíticas formadas por sintagmas preposicionais com pronomes tônicos no lugar de estruturas sintéticas parece não ser algo exclusivo das construções de posse.

Assim, as reorganizações no quadro de possessivos, com a implementação das construções analíticas, manifestam uma tendência mais geral das línguas românicas, evidenciada desde o latim vulgar, de preferir construções perifrásticas preposicionadas em detrimento de estruturas sintéticas (Väänänen 1988). De forma paralela ao que ocorre com os possessivos, substituídos ou alternados com Spreps [de + pronome tônico], o mesmo ocorre com as relações de dativo, em que um clítico é substituído e/ou alterna com Spreps [a + pronome tônico], podendo, assim como nas relações possessivas, ser redobrado:

Como particularidade de carácter sintáctico, observe-se o emprego frequente das formas tônicas subordinadas à preposição *a*, em vez da forma átona correspondente: «que avedes de dar *a nos*, o dito don abbade» (1453 L 45), [...], «damos *a uos*» (1310 L 34), [...]. Nalguns casos, verifica-se a repetição enfática do complemento indirecto: «outrossy uos aforamos *a uos*» (1316 L 36) (Maia 1986: 666).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise de textos medievais galego-portugueses dos séculos XIII ao XVI (Maia 1986), é possível observar a presença de construções analíticas de 1ª e 2ª pessoa com leitura possessiva (*de mim*, *de nós* e *de vós*), com produtividade decrescente ao longo dos séculos. Tais construções foram registradas tanto em contextos propícios à variação à variação com os possessivos simples quanto em contextos específicos em que os possessivos simples não podiam ocorrer, como os casos de estruturas com algum tipo de aposição.

Como proposta de trabalho, argumentamos que as construções analíticas do período medieval são sintaticamente distintas dos de-possessivos das gramáticas modernas. No período medieval, tais construções são constituintes Spreps não-genitivos, projetados em adjunção ao nome, sendo a preposição *de* capaz de atribuir caso oblíquo ao seu complemento. Na história do galego e do português, tais formas teriam sido reanalisadas, em estágios posteriores da língua, em sintagmas genitivos, projetados como complemento do nome, deixando a preposição *de* de ser capaz de atribuir caso oblíquo, firmando-se como um marcador de caso genitivo. Essa análise é capaz de dar conta do desaparecimento das formas de 1ª e 2ª pessoas e a manutenção exclusiva das formas de 3ª, assim como da presença, durante o período medieval, de construções de redobramento sintático de possessivos simples do tipo [Poss + N + [de + pronome]].

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES): Leonardo Lennertz Marcotulio, Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Bolsista CAPES/DGPU de Pós-doutorado do Instituto da Língua Galega, Universidade de Santiago de Compostela (Processo: 7214/15-4).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Castro, Ana (2006): *On possessives in Portuguese*. Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento inédita.
- Dono González, María Jesús (1978): *O posesivo e outras formas de expresa-las mesmas relacións, na prosa galega medieval*. Universidade de Santiago de Compostela. Tese de licenciatura inédita.
- Ferreiro, Manuel (1995³): *Gramática histórica galega*. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento.
- Giorgi, Alessandra / Giuseppe Longobardi (1991): *The syntax of Noun Phrases: configurations, parameters and empty categories*. Cambridge / New York: Cambridge University Press.
- Lorenzo, Ramón (2007): "Os notarios e a lingua nos comezos da escrita documental en galego", en Ana Isabel Boullón Agrelo (ed.), *Na nosa lyngoa-galega: a emerxencia do galego como lingua escrita na Idade Media*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega / Instituto da Língua Galega, 313-372.
- Luz, Marilina dos Santos (1958): *Fórmulas de tratamento no português arcaico – subsídios para o seu estudo*. Separata da *Revista Portuguesa de Filologia*. Vols. VII, VIII e IX. Coimbra: Ed. Casa do Castelo.
- Maia, Clarinda de Azevedo (1997 [1986]): *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Marcotulio, Leonardo / Dalila Mendes dos Santos de Assis / Rafaela de Carvalho Guedes (2015): "De-possessivos de 2ª pessoa na história do português brasileiro", *Diacrítica (Braga)* 29, v. 1, 203-231.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (1989): *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda.
- Müller, Ana (1996): "A estrutura do sintagma nominal com argumentos genitivos", *Caderno de estudos linguísticos* 31, 71-89.
- Perini, Mário Alberto (1985): "O surgimento do sistema possessivo do português coloquial: uma interpretação funcional", *DELTA* 1 (1 e 2), 1-16.
- Said Ali, Manuel (1964³): *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos.
- Santos, Cláudio (2015): "Aspectos morfossintáticos do galego-português medieval: rearranjos no quadro de possessivos". Comunicação apresentada na XXXVII Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Silva Domínguez, Carme (2002): *Frases nominais con posesivo en galego. Estructura e valores referenciais*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela (Anexo 50 de *Verba, Anuario galego de filoloxía*).
- Väänänen, Veikko (1988³): *Introducción al latín vulgar*. Versión española de Manuel Carrión. Madrid: Gredos.